

Número 6 – Março – 2020 (dados s até 11/03)

1-ATIVIDADE ECONÔMICA

PIB – Produto Interno Bruto

O PIB do 4º trimestre de 2019 obteve aumento de 0,5% em relação ao 3º trimestre do mesmo ano, na série com ajuste sazonal. Com isso, o ano de 2019 encerrou-se com avanço de 1,1% do PIB, na comparação com o ano anterior. Apesar do avanço, nota-se ainda um crescimento baixo e desacelerado, já que nos anos de 2017 e 2018 o país encerrou o PIB com avanço de 1,3%, nos dois anos. Tais crescimentos não significam a retomada de um crescimento vigoroso e consistente, uma vez que as taxas de crescimento ainda são modestas e o crescimento não é disseminado por todos os setores e o nível do produto ainda está abaixo do seu pico no ano de 2014.

Em relação ao mesmo trimestre de 2018 a evolução foi positiva em 1,7%, assim como no acumulado dos últimos 4 trimestres comparados aos quatro imediatamente anteriores, onde a evolução foi de 1,1%. Em valores correntes a preços de mercado o PIB totalizou R\$ 1,89 trilhão, sendo R\$ 1,61 trilhão referentes ao Valor Adicionado (VA) a preços básicos e R\$ 278,1 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

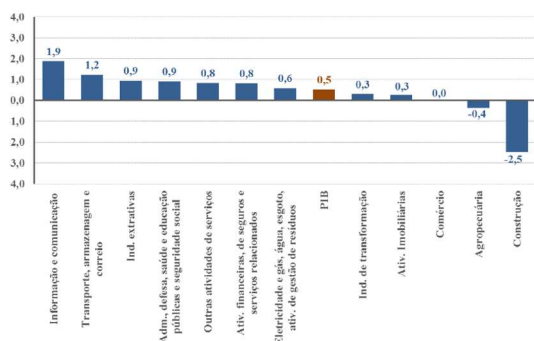
Tabela 1.1
Principais Indicadores do PIB

Tabela 1.1: Principais resultados do PIB a preço de mercado do 4º trimestre de 2018 ao 4º trimestre de 2019					
Taxas (%)	2018. IV	2019. I	2019. II	2019. III	2019. IV
Acumulado ao longo do ano/mesmo período do ano anterior	1,3	0,6	0,8	1	1,1
Últimos 4 trimestres/4 trimestres imediatamente anteriores	1,3	1,1	1,1	1	1,1
Trimestre/mesmo trimestre ano anterior	1,2	0,6	1,1	1,2	1,7
Trimestre/trimestre imediatamente anterior	0	0	0,5	0,6	0,5

Fonte e Elaboração: IBGE

Com relação aos setores da economia, o de Indústria e Serviços apresentaram crescimento de 0,2% e 0,6%, respectivamente enquanto a Agropecuária apresentou variação negativa de 0,4%, ante aumento de 1,3% no 3º trimestre na comparação com o trimestre imediatamente anterior. Com exceção dos setores de Agropecuária (-0,4%) e Construção (-2,5%), todos os demais grandes setores apresentaram crescimento, mesmo que moderado, no 4º trimestre. O destaque positivo ficou com o setor de informação e comunicação, com crescimento de 1,9%.

Gráfico 1.1 – PIB e Subsetores

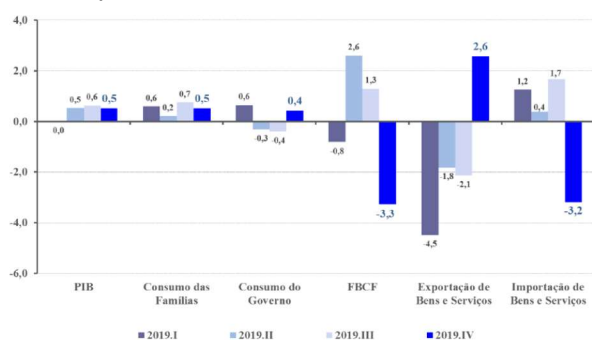


Fonte e Elaboração: IBGE

Entre os componentes da Demanda Agregada, a Despesa de Consumo das Famílias apresentou variação positiva de 0,5% e a Despesa de Consumo do Governo cresceu 0,4%. O destaque negativo se deu na variação negativa do Investimento, medido pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), 3,3%) com relação ao trimestre anterior, praticamente anulando o crescimento de 2% no trimestre anterior.

Gráfico 1.2

PIB pela ótica da demanda



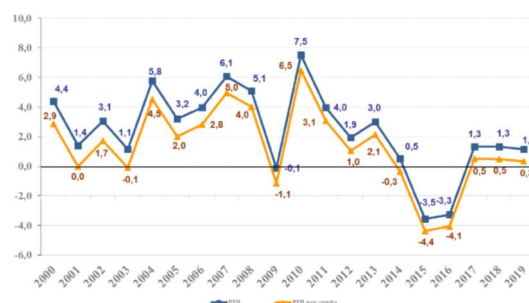
Fonte e Elaboração: IBGE

PIB per capita

Em decorrência do crescimento de 1,1% do PIB anual, o PIB per capita apresentou crescimento moderado de apenas 0,3%, alcançando R\$34.533 em 2019. A renda

per capita é obtida mediante a divisão do PIB nacional pelo número de habitantes no país. Com essa taxa baixa de crescimento, nota-se que o país ainda não recuperou as quedas sofridas nos anos de 2014, 2015 e 2016, conforme apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 1.3 – PIB e PIB per capita

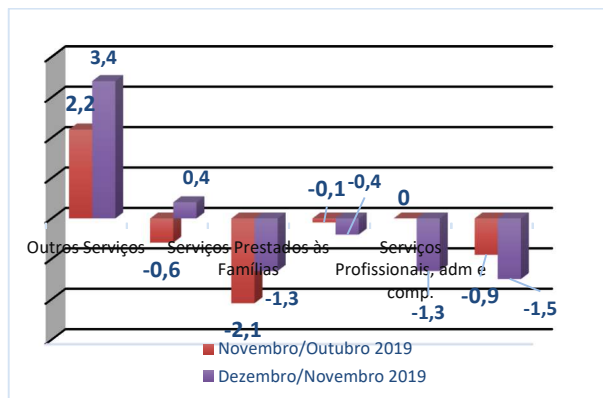


Fonte e Elaboração: IBGE

Serviços

O setor de serviços, em dezembro de 2019, teve redução de 0,4% do seu volume total em relação ao mês anterior, reduzindo parte do ganho que havia sido obtido entre os meses de setembro e outubro (2,2%). Porém, interrompendo um ciclo de 4 anos sem aumentos na produção de serviços, em 2019 o volume de serviços apresentou variação positiva de 1,0%. Em 2015 a variação foi de -3,6%; 2016 (-5,0%); 2017 (-2,8%) e em 2018 (0,0%). Em dezembro, houve uma queda de 1,5% no setor de transportes, serviços auxiliares de transportes e correios, além do recuo nos setores de serviços profissionais, administrativos e complementares, de 1,3%. Em contrapartida, os Outros Serviços apresentaram ganhos de 3,4%, alcançando ganhos de 5,6% nos últimos dois meses.

Gráfico 1.4
Variação Mensal do Setor de Serviços com Ajuste Sazonal – Outubro, Novembro e Dezembro de 2019 (em %)

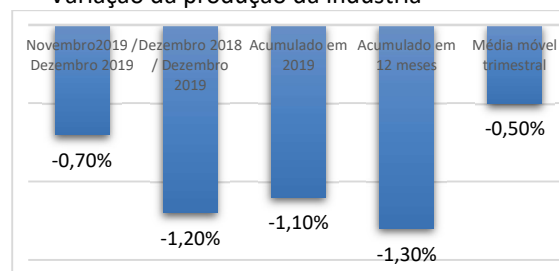


Fonte: IBGE- Pesquisa Mensal de Serviços
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

Indústria

A atividade do setor industrial demonstra queda de 0,7% na passagem de novembro para dezembro de 2019, em série com ajuste sazonal, onde doze dos quinze locais pesquisados mostraram taxas negativas. Em comparação com o mês de dezembro de 2018 pode ser observado uma variação negativa de 1,2%, junto com uma queda de 0,5% do índice de média móvel trimestral. É possível observar um recuo de 1,3% no acumulado dos últimos 12 meses, o que corrobora com o resultado em comparação ao mês anterior.

Gráfico 1.5
Variação da produção da Indústria

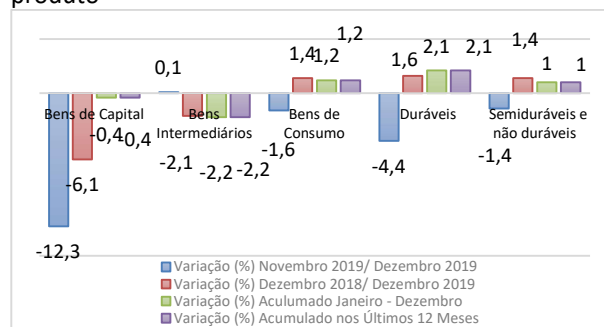


Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal - PIM
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

Em relação ao mês anterior foi observado um leve crescimento nos Bens Intermediários (0,1%), enquanto os outros setores demonstraram queda, sendo a maior delas no setor de Bens de Capital (-12,3%), seguido de Bens Duráveis (-4,4%), Bens de Consumo (-1,6%) e Semiduráveis e Não Duráveis (-1,4%).

Em comparação com o mesmo mês do ano de 2018, houve recuo nos setores de Bens de Capital (-6,1%) e Bens Intermediários (-2,1%), enquanto Bens de Consumo (1,4%), Bens Duráveis (1,6%) e Bens Semiduráveis e Não Duráveis (1,4%) obtiveram crescimento.

Gráfico 1.6
Variação % da produção industrial por tipo de produto



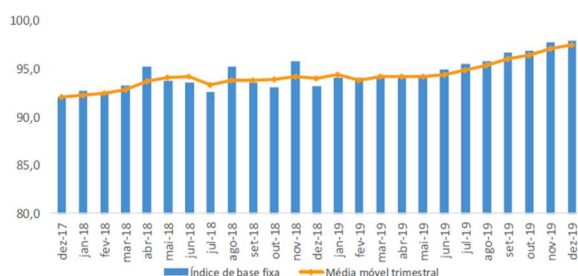
Fonte: IBGE – PIM
Elaboração: GT Atividade Econômica da USJT

Comércio

A Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE aponta que no mês de dezembro o varejo recuou 0,1% com relação ao mês imediatamente anterior, na série livre de ajuste sazonal. O resultado encerrou uma sequência de sete meses seguidos de alta, de 3,5% acumulado. No entanto, a evolução do índice de média móvel trimestral para o varejo, depois do acréscimo de 0,6% no trimestre encerrado em novembro, mostrou redução de ritmo ao registrar variação de 0,2% no trimestre encerrado em dezembro.

Gráfico 1.7

Volume de Vendas do Varejo com Ajuste Sazonal-Índice de Base Fixa e Média Móvel Trimestral - Dez/17 – Dez/19



Fonte e Elaboração: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio

Quando se considera o comércio varejista ampliado, que abrange também os setores de veículos, partes e peças e de material de construção, além do varejo, o volume de vendas apresentou variação negativa de 0,8% em relação a novembro de 2019, dessa forma, contribuindo para que a média móvel do trimestre encerrado em dezembro (-0,2%) apresentasse redução nas vendas, quando comparado ao trimestre encerrado no mês imediatamente anterior.

Gráfico 1.8

Volume de Vendas do Varejo Ampliado com Ajuste Sazonal-Índice de Base Fixa e Média Móvel Trimestral - Dez/17 – Dez/19

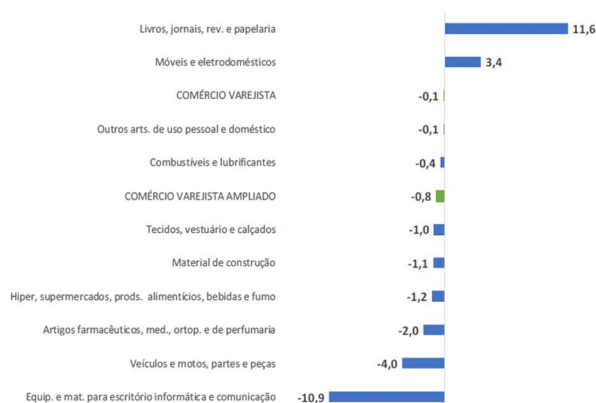


Fonte e Elaboração: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio

Na comparação por setor do comércio, as únicas altas foram no setor de livros, jornais e papelaria (11,6%), e móveis e eletrodomésticos. As maiores quedas foram no setor equipamentos de escritório e informática (-10,9%) e veículos e motos e partes e peças (-4,0%).

Gráfico 1.9

Volume de Vendas do Comércio Varejista e Varejista Ampliado por segmento
Indicador mês/ mês imediatamente anterior
Série com ajuste sazonal Dezembro de 2019



Fonte e Elaboração: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio

2-INFLAÇÃO E PREÇOS

Índice de Preços ao Consumidor Ampliado IPCA-IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA IBGE no mês de janeiro de 2020 apresentou variação de 0,21%, ficando 0,94 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de dezembro (1,15%), menor resultado para um mês de janeiro desde a adoção do Plano Real. O acumulado nos últimos 12 meses totalizou 4,19%, decréscimo em relação ao valor de 4,31% observado nos 12 meses imediatamente anteriores.

Apenas 3 das 16 capitais pesquisadas apresentaram queda de preços: Brasília (-0,12%), São Luís (-0,19%) e Rio Branco (-0,21%). No mês de dezembro, nenhuma capital apresentou queda de preços. As maiores variações ocorreram nas cidades de Belém e de Aracaju (variação de 0,39% em ambas), com a capital paraense sendo influenciada pelos aumentos no preço do Açaí (13,44%) e de Refeições (3,24%), enquanto a capital sergipana foi impactada pelo aumento no valor da Gasolina (1,55%) e do Tomate (20,16%). Os maiores índices de dezembro de 2019 ocorreram em Belém (1,78%) e em Brasília (1,62%). As menores variações foram em Curitiba e Rio de Janeiro (0,05%). Em dezembro, as menores variações ocorreram nas cidades de Rio Branco (0,60%) e Vitória (0,85%). São Paulo é a capital que compõe o maior peso percentual do índice, obteve o aumento de 0,33% no preço médio, 0,66 pontos percentuais (p.p.) a menos que no mês de

dezembro (0,93%). A capital com a maior variação acumulada nos últimos meses foi Belém (5,61%), e a menor variação acumulada se deu na cidade de Vitória (3,31%).

Tabela 2.1 IPCA-IBGE

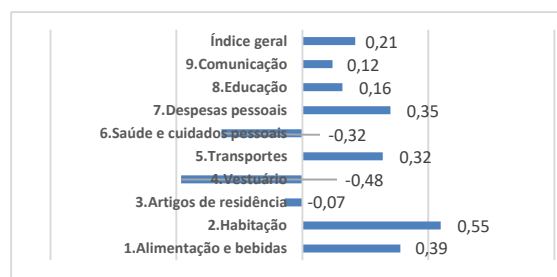
Variação mensal, acumulada e a ponderação por capital

Região	Peso Regional (%)	Variação (%)		Variação Acumulada (%)
		Dezembro	Janeiro	12 meses
Belém	3,94	1,78	0,39	5,61
Aracaju	1,03	1,09	0,39	4,21
Salvador	5,99	1,26	0,34	3,90
São Paulo	32,28	0,93	0,33	4,55
Recife	3,92	0,96	0,30	3,74
Vitória	1,86	0,85	0,29	3,31
Fortaleza	3,23	1,28	0,28	5,14
Belo Horizonte	9,69	1,05	0,20	3,68
Porto Alegre	8,61	1,15	0,17	4,18
Campo Grande	1,57	1,32	0,13	4,57
Goiânia	4,17	1,40	0,10	4,65
Curitiba	8,09	1,35	0,05	4,02
Rio de Janeiro	9,43	1,19	0,05	3,60
Brasília	4,06	1,62	-0,12	3,57
São Luís	1,62	1,47	-0,19	3,99
Rio Branco	0,51	0,60	-0,21	3,70
Brasil	100,00	1,15	0,21	4,19

Fonte e Elaboração: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Entre os grupos de bens e serviços que compõem o IPCA, variações negativas ocorreram nos setores de Vestuário (-0,48%), Saúde e Cuidados Pessoais (-0,32%) e Artigos de residência (-0,07%). O maior impacto no índice se deu pelo setor de Habitação, que obteve um acréscimo de 0,55% em seus preços.

Gráfico 2.1 - Variação mensal por grupos, Janeiro de 2020 (em %)



Fonte: IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
Elaboração: GT Inflação e Preços da USJT

3-MERCADO DE TRABALHO

O trimestre vigente apresentou uma queda na taxa de desocupação, no entanto, seu patamar de 11,2% ainda é elevado quando comparado com a taxa natural de desemprego, estimada entre 4% e 5%. Esta elevada taxa de desocupação está associada com o baixo dinamismo da economia brasileira, principalmente com o seu baixo crescimento econômico de 2019 que atingiu apenas 1,1% a.a. Destaca-se a soma da desocupação com os subocupados, que, apesar de ter caído entre os dois trimestres comparados, continua elevada, com 17,5% da força de trabalho. O índice de pessoas desalentadas se manteve no mesmo nível em relação ao ano anterior, indicando que o ânimo de milhões de trabalhadores em busca de trabalho ainda não se elevou.

Tabela 3.1. Indicadores de desocupação, subutilização e desalento da força de trabalho por trimestres

%	Novembro-Dezembro-Janeiro 2019	Novembro-Dezembro-Janeiro 2020
Taxa de Desocupação	12,0	11,2
Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas	18,5	17,5
Taxa de pessoas desalentadas na população na força de trabalho	4,1	4,1

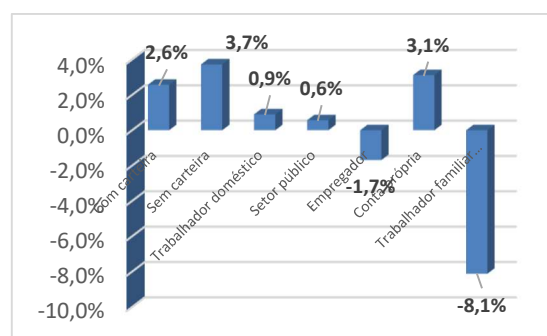
Fonte: IBGE – PNAD Contínua
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Chama atenção a estagnação do emprego público, alinhando-se a postura mais liberal do atual governo. A queda do número de empregadores (-1,7%), também sugere uma economia com baixo dinamismo e com um ambiente de negócios desfavorável ao

empreendedorismo. As ocupações “conta própria” e empregado no setor privado sem carteira assinada, que compõem o mercado informal de trabalho, foram os que apresentaram o maior crescimento, 3,7% e 3,1% respectivamente, mostrando que o lado informal está mais dinâmico, apesar do emprego com carteira crescer 2,6%, impactado pelo movimento positivo típico de final de ano. A maior variação percentual foi verificada no trabalhador familiar auxiliar (-8,1%)

Gráfico 3.1

Variação da Ocupação por posição – Novembro, dezembro e janeiro de 2020/ Novembro, dezembro e janeiro de 2019

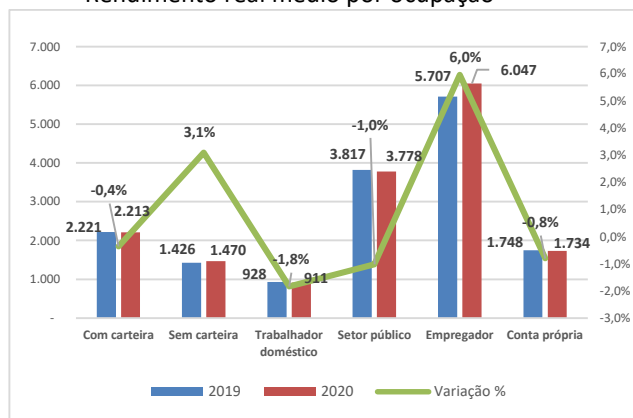


Fonte: IBGE – PNAD Contínua
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Apenas empregadores e ocupados sem carteira obtiveram aumentos maiores nos seus rendimentos reais, com cifras de 6% e 3,1% respectivamente, apesar da grande diferença de patamar, R\$ 6.047 e R\$ 1.470. As demais posições na ocupação apresentaram quedas nos seus rendimentos, associando-se com a queda da produtividade do trabalho ocorrida em 2019. É importante ressaltar que as ocupações que mais cresceram são as que possuem menor remuneração (junto com empregado doméstico), com valores que

se aproximam do salário mínimo. O baixo crescimento da economia brasileira em 2019 rebateu no mercado de trabalho, diminuindo a demanda por trabalho e consequentemente os seus salários.

Gráfico 3.2
Rendimento real médio por ocupação

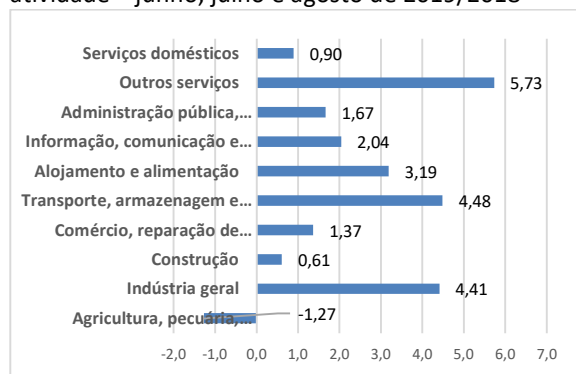


Fonte: IBGE – PNAD Contínua
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

Os ocupados na indústria geral e nos outros serviços foram os que mais cresceram, com taxas de 4,4% e 5,7% respectivamente. A construção civil, que é um termômetro da atividade econômica nacional, principalmente em parte do seu FBCF, cresceu apenas 1%, muito próxima ao crescimento do PIB nacional. Os serviços domésticos também cresceram pouco, apenas 0,61%, sugerindo que a demanda por trabalhadores (as) domésticos continua baixa, em função, talvez, do desemprego e das dívidas das famílias. Atividades mais tradicionais dos serviços como os transportes e alojamento cresceram um pouco mais, enquanto uma de suas atividades mais dinâmicas tecnologicamente (informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e

administrativas) cresceu menos, indicando falta de dinamismo da estrutura produtiva nacional.

Gráfico 3.2
Taxa de variação da Ocupação por grupamento de atividade – junho, julho e agosto de 2019/2018



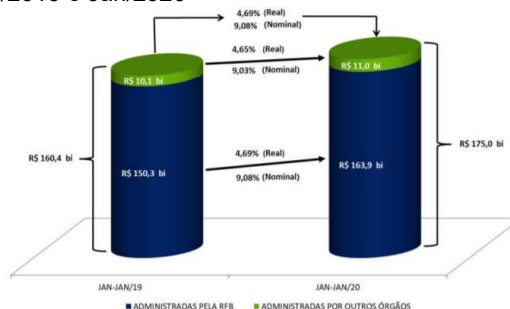
Fonte: IBGE – PNAD Contínua
Elaboração: GT Mercado de Trabalho da USJT

4- CONTAS PÚBLICAS

Receitas e despesas e resultado

A arrecadação das receitas federais em janeiro de 2020 atingiu o valor de R\$ 174,9 bilhões, registrando um crescimento nominal de 9,08% em relação ao mesmo mês do ano anterior e acréscimo real de 4,69% ou R\$11 bilhões (IPCA).

Gráfico 4.1
Arrecadação acumulada das Receitas Federais Jan/2019 e Jan/2020



Fonte e Elaboração: Receita Federal – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro 2020

Desempenho dos principais fatores que contribuíram para o resultado:

- Arrecadações do IRPJ/CSLL e IRPF, com crescimento real de 16,45% e 27,14%, respectivamente, comparados com os resultados do ano anterior.
- Indicadores macroeconômicos que impactam na arrecadação de tributos, com destaque para o Valor em Dólar das Importações, com 5,02%, Massa Salarial, com 4,51% e Venda de Bens (PMC/IBGE), com 4,10%.

Tabela 4.1

Evolução da Arrecadação administrada pela RFB

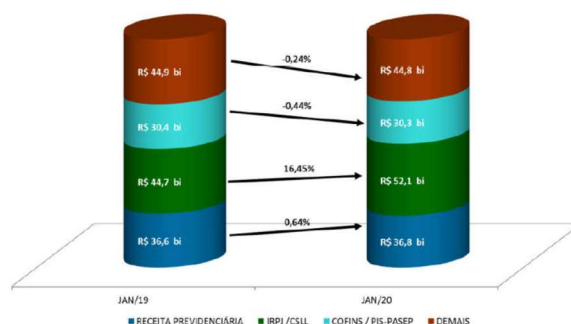
RECEITAS	JAN/20 [A]	JAN/19 [B]	DIFERENÇAS	
			[A]-[B]	[A]/[B]%
IRPJ / CSLL	52.071	44.714	7.357	16,45
IRPF	2.043	1.607	436	27,14
I. IMPORTAÇÃO / IPI-VINCULADO	5.838	5.484	354	6,46
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	36.849	36.615	234	0,64
IOF	3.185	3.128	57	1,82
IRRF-RENDIMENTOS DO TRABALHO	14.653	14.613	41	0,28
IRRF-RENDIMENTOS DE CAPITAL	5.049	5.077	(27)	(0,54)
CIDE-COMBUSTÍVEIS	222	272	(50)	(18,44)
COFINS / PIS-PASEP	30.272	30.405	(134)	(0,44)
IRRF-OUTROS RENDIMENTOS	1.259	1.435	(177)	(12,31)
IRRF-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	4.594	4.944	(350)	(7,08)
IPI (Exceto Vinculado)	3.037	3.515	(479)	(13,62)
DEMAIS RECEITAS ADMINISTRADAS	4.877	4.788	88	1,85
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	163.948	156.598	7.350	4,69

Fonte e Elaboração: Receita Federal – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro de 2020

A análise por tipo de tributo que mais contribuiu para o resultado em janeiro de 2020, mostra que os itens “Demais receitas” e “COFINS/PIS-PASEP” apresentaram uma queda modesta em termos reais, ficando abaixo de 0,5%, aproximadamente R\$1 milhão em cada. A “Receita Previdenciária” cresceu apenas 0,64%, gerando um resultado de aproximadamente, R\$2 milhões, impactando muito pouco no resultado final.

Gráfico 4.2

Arrecadação acumulada das Receitas Federais Jan/Out 2018 e Jan/Out 2019



Fonte e Elaboração: Receita Federal – Análise da Arrecadação das Receitas Federais – Janeiro de 2020

Despesas

Em janeiro de 2020 os dados das despesas públicas demonstram maior volume de gastos em “Serviço e Financiamento da dívida interna”, que totalizou no período R\$ 347,88 bilhões ou 55,05% do total das despesas, seguido por Previdência Social, com R\$ 116,44 bilhões ou 18,43% do total. Em patamares bem menores aparecem os demais gastos, que representam pouco em termos percentuais mas de grande importância, como Saúde (2,8%) e Educação (2,3%).

Tabela 4.2

Despesas realizadas Janeiro de 2020, por item de despesa

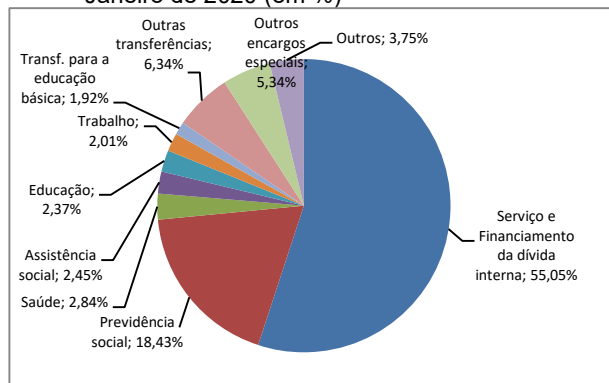
(em R\$ bilhões)

Item de despesa	Valores pagos (R\$)
Serviço e Financiamento da dívida interna	347,88
Previdência social	116,44
Saúde	17,98
Assistência social	15,48
Educação	14,95
Trabalho	12,71
Transferências para a educação básica	9,00
Outras transferências	40,08
Outros encargos especiais	33,73
Outros	23,72

Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>

Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

Gráfico 4.3
Percentual gasto por item de despesa
Janeiro de 2020 (em %)

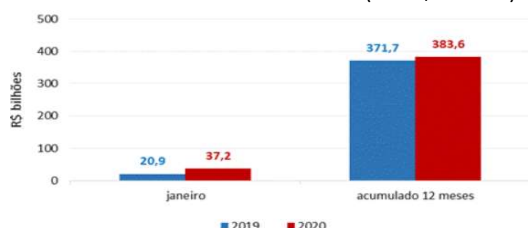


Fonte: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>
Elaboração: GT Contas Públicas da USJT

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central, referentes a janeiro de 2020, o resultado primário do setor público consolidado foi superavitário em R\$ 56,3 bilhões, e no acumulado em 12 meses, terminados em janeiro de 2020 há déficit de R\$ 52,5.

O pagamento de juros nominais chegou ao patamar de R\$ 37,2 bilhões em janeiro de 2020, que representa um aumento de R\$16,3 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$20,9 bilhões). No acumulado de 12 meses os juros nominais atingiram a cifra de R\$ 383,6 bilhões (5,26% PIB), contra R\$371,7 bilhões (5,38% do PIB) no acumulado até janeiro do ano anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, o déficit nominal foi de R\$436,1bilhões (5,98% do PIB), com aumento de 0.06 p.p do PIB em relação ao déficit acumulado em 2019.

Gráfico 4.4
Juros Nominais – Janeiro de 2020 (em R\$ bilhões)

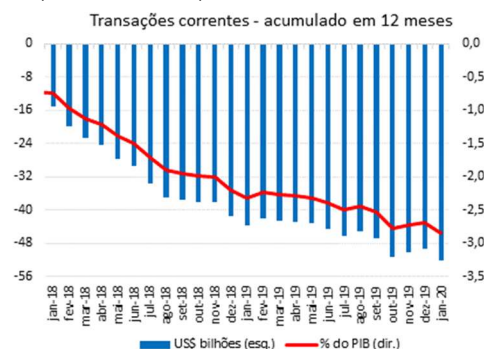


Fonte e Elaboração: Banco Central do Brasil – Nota à Imprensa de Estatísticas Fiscais

5- CONTAS EXTERNAS

Em janeiro de 2020 o resultado em transações correntes foi deficitário em US\$11,9 bilhões, ante déficit de US\$9 bilhões no mesmo mês de 2019, influenciado pela retração da balança comercial de bens, de US\$3,6 bilhões no mesmo período. Nos 12 meses encerrados em janeiro o déficit em transações correntes somou US\$52,3 bilhões (2,85% do PIB), ante déficit de US\$49,5 bilhões (2,69% do PIB) no período equivalente em 2019.

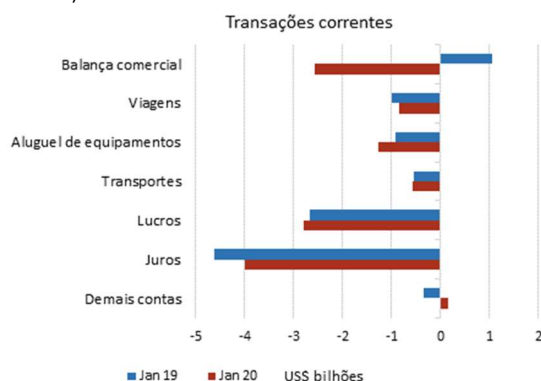
Gráfico 5.1
Transações Correntes – Acumulado nos últimos 12 meses (em US\$ Bilhões)



Fonte e Elaboração: Banco Central

O déficit na conta de serviços atingiu US\$2,7 bilhões no mês, 6,4% inferior ao resultado de janeiro de 2019. Destaquem-se aumentos nas receitas líquidas de outros serviços de negócio, de US\$526 milhões para US\$831 milhões e a redução nas despesas líquidas em viagens, de US\$986 milhões para US\$857 milhões.

Gráfico 5.2
Transações Correntes Jan/19 e Jan/20 (em US\$ Bilhões)

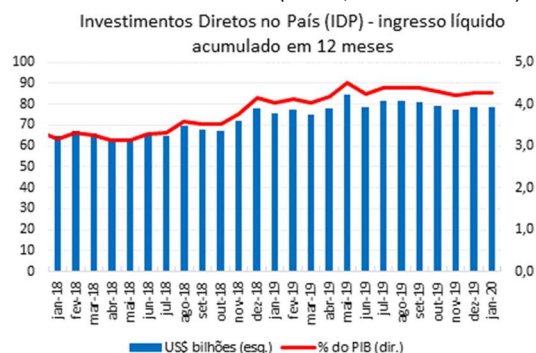


Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Contas Externas da USJT

Investimento direto

No acumulado do ano de 2019, os ingressos líquidos de IDP somaram US\$78,6 bilhões, correspondendo a 4,27% do PIB, patamar próximo aos US\$78,2 bilhões registrados no ano de 2018, equivalente a 4,15% do PIB.

Gráfico 5.5
Investimento Direto Produtivo
Acumulado em 12 meses (em US\$ bilhões e % do PIB)



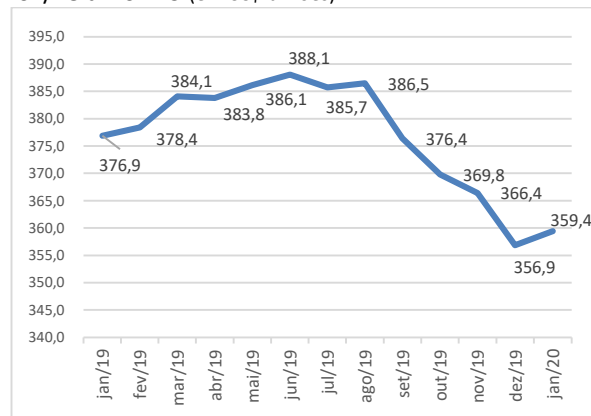
Fonte e Elaboração: Banco Central

Reservas Internacionais

O saldo das reservas atingiu US\$359,4 bilhões em janeiro/2020. Houve um incremento de US\$2,5 bilhões neste estoque, relativamente a posição do mês de setembro. Esse incremento aconteceu

principalmente devido a variação por preço, que gerou ganhos de US\$2,1 bilhões. A receita de juros adicionou US\$585 milhões ao estoque, enquanto a variação por paridades contribuiu para reduzi-lo em US\$251 milhões, porém no período de agosto de 2019 a janeiro de 2020 a queda no estoque é de US\$ 27 bilhões, devido a estratégia do governo de vender reservas no mercado cambial para segurar a cotação do dólar.

Gráfico 5.6
Reservas Internacionais – Posição do estoque no final do mês
Nov/18 a Nov.19 (em US\$ bilhões)



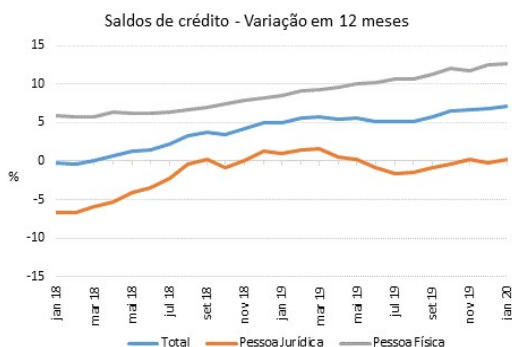
Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Contas Externas da USJT

6-CRÉDITO

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional totalizou R\$3,5 trilhões em janeiro, com queda de 0,4% no mês, com redução de 2,2% na carteira de pessoas jurídicas (saldo de R\$1,4 trilhão), influenciada pela sazonalidade, e aumento de 0,8% em pessoas físicas (R\$2 trilhões). O crescimento em doze meses do estoque de crédito do SFN alcançou 7%, resultado

das expansões de 12,2% no crédito às famílias e de 0,4% no crédito às empresas.

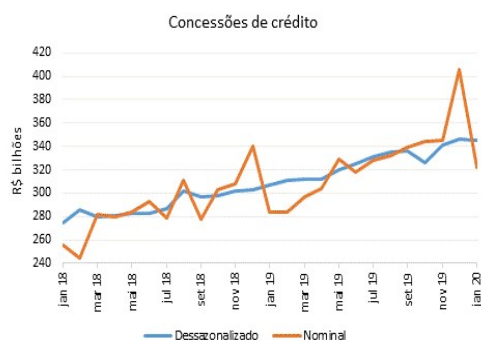
Gráfico 6.1
Saldo de crédito – variação em 12 meses
Jan/18 a Jan/20



Fonte e Elaboração: Banco Central

O crédito livre a pessoas físicas somou R\$1,1 trilhão, acréscimos de 1,1% no mês e de 16,6% em doze meses, com destaque para crédito pessoal (consignado e não consignado), veículos e cheque especial. O crédito livre para pessoas jurídicas alcançou R\$872 bilhões, com redução de 3,1% no mês e elevação de 11,4% em doze meses, refletindo as liquidações sazonais das modalidades relacionadas a fluxos de caixa, como desconto de duplicatas e recebíveis e antecipação de faturas de cartão.

Gráfico 6.2
Concessão de crédito – variação acumulada nos últimos 12 meses



Fonte e Elaboração: Banco Central

No crédito direcionado, as operações com pessoas físicas atingiram R\$909 bilhões, crescendo 0,5% e 7,1%, respectivamente, no mês e em doze meses, com aumentos nas modalidades rural e imobiliário. A carteira de pessoas jurídicas recuou 0,7% e 13% nos mesmos períodos, situando-se em R\$556 bilhões em janeiro.

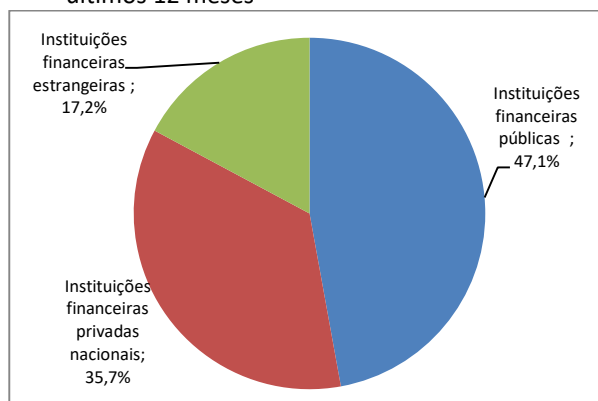
As concessões totais de crédito do SFN somaram R\$322 bilhões em janeiro, declínio de 19% no mês, influenciada por fatores sazonais. A estatística de concessões de crédito ajustada sazonalmente apresentou redução de 0,3%, com quedas de 0,1% em pessoas físicas e jurídicas. Na comparação com janeiro de 2019, as concessões cresceram 13,6% (15,5% no crédito às famílias e 10,8% com empresas).

O total de crédito concedido por instituições públicas tem caído na comparação com o ano anterior, tendo recuado 1% no acumulado de 12 meses.

O crédito privado concedido por bancos nacionais aumentou 16% no acumulado de 12 meses, enquanto os bancos estrangeiros aumentaram em 15% no mesmo período.

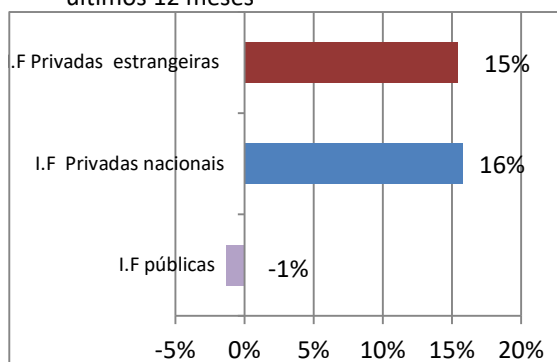
Com tudo, a maior participação no saldo de crédito concedido continua sendo das instituições públicas, com 47% de todo crédito na economia brasileira, seguindo das instituições privadas nacionais com 36% do saldo total de crédito concedido.

Gráfico 6.3
Concessão de crédito – variação acumulada nos últimos 12 meses



Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Crédito e Bolsa da USJT

Gráfico 6.4
Concessão de crédito – variação acumulada nos últimos 12 meses



Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Crédito e Bolsa da USJT

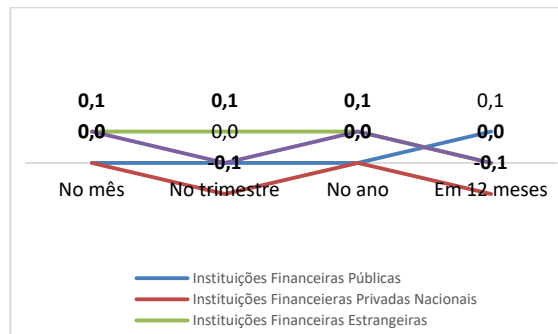
Inadimplência

No último ano de 2019 podemos observar uma variação praticamente nula na inadimplência das instituições financeiras públicas, privadas nacionais e estrangeiras. No comparativo de dezembro de 2019 com janeiro 2020 apenas os dados das instituições estrangeiras obtiveram um crescimento de 0,1%, já as demais permaneceram estáveis. Realizando outras análises

obtivemos os mesmos resultados que apresentam uma estabilidade entre as três instituições. Apenas as instituições financeiras públicas constatarem um crescimento de 0,1% em relação a janeiro do ano anterior.

As instituições financeiras privadas nacionais apresentaram um bom resultado refletido em uma queda de -0,1% referente a janeiro de 2019, enquanto as instituições estrangeiras mantiveram os mesmos resultados. As demais análises nos levam a mesma consideração de que não houve fortes impactos na inadimplência das instituições financeiras no ano anterior ao vigente.

Gráfico 6.5
Inadimplência – Variação por instituição



Fonte: Banco Central
Elaboração: GT Crédito e Bolsa da USJT

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O baixo crescimento econômico de 1,1% verificado em 2019 ajuda a explicar a baixa inflação do mesmo período de 3,1%. Aliás, o modelo de metas de inflação utilizado pelo Banco Central admite que a causa primária da inflação brasileira é a demanda agregada. Sendo assim, a política monetária busca desacelerar a economia brasileira quando há pressões

inflacionárias. Não é o caso atual. Dito isto, não é de se surpreender que os investimentos (FBCF) tenham caído no trimestre analisado e a desocupação, embora tenha caído um pouco, permaneça alta. A demanda agregada permite uma leitura Keynesiana, principalmente em nossa conjuntura macroeconômica marcada pela incerteza disparada por um vírus que se espalhou por diversos países. Contudo, a resposta esperada seria a ampliação dos gastos públicos com investimentos, além dos gastos emergenciais com a saúde. Nota-se que os gastos com saúde e educação ocupam fatias relativamente pequenas do bolo das despesas públicas. Contudo, não é só o Estado que poderá auxiliar a economia brasileira nesta crise atual. Os bancos privados poderiam conceder mais créditos a juros reais menores, pois a inadimplência está estagnada. Portanto, o crescimento econômico é baixo porque, dentre vários motivos, a política fiscal não é anticíclica e a preocupação do Banco Central é principalmente o controle da inflação. O setor privado investe menos diante das incertezas e de um crédito a juros elevados. Baixo crescimento econômico desestimula o mercado de trabalho, gerando desemprego elevado que reduzirá o consumo, desestimulando novos investimentos (FBCF). O lado externo da economia brasileira também sente o baixo dinamismo nacional e internacional, exportando menos do que poderia.

Alargando o horizonte temporal da análise, pode-se levantar uma hipótese: a economia brasileira está presa num ciclo de longo prazo, em função de seus problemas estruturais (desigualdade de renda, estrutura produtiva de baixa complexidade econômica, instituições extrativas, burocracias, etc). Os indicadores conjunturais são compatíveis com tais problemas estruturais: o baixo crescimento econômico, que seria esperado até em uma conjuntura estável, se intensifica porque a desigualdade de renda nacional, que é uma das maiores do mundo, concentra o consumo de bens de alto valor agregado numa pequena parcela da população; a maior parte do consumo será para bens e serviços de baixo e médio valores agregados que, por sua vez, também geram uma produção menos complexa e de baixos salários; a reforma da previdência, achatou os menores benefícios, comprometendo ainda mais o consumo e desestimulando também novos investimentos FBCF; o crescimento do trabalho informal tem seus limites, pois ocupa os nichos, brechas, interstícios da economia formal. Em suma, os indicadores conjunturais deste número do boletim mostram que a economia brasileira estava fragilizada estruturalmente e terá que fazer esforços extras para superá-la., ainda mais agora com a mudança brusca de cenário, para pior, com os efeitos econômicos e sociais preocupantes advindos da pandemia de Covid-19.

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA USJT

COORDENAÇÃO GERAL DA ÁREA DE GESTÃO: **Prof. Michele Tiergarten**

COORDENAÇÃO DO BOLETIM: **Prof. Miguel Huertas Neto**

EQUIPE DE ELABORAÇÃO:

Prof. Vladimir Camillo Sipriano

Alunos:

Alexandre Izidorio

Aline Galdino da Silva

Ana Carolina Maciel

Beatriz de Queiroz Barbosa

Bryan Franca Leopoldino

Claudio Rubens Silva Filho

Eduardo Domingos da Silva

Enzo Cintra Zanon

Evellyn Melo de Oliveira

Gabriel Caique Zerbinato Alcantara

Guilherme Bispo Menezes

Leandro de Oliveira Costa Ramalho

Matheus Bandeira Guimarães

Nathalia Rego Paes

Rafael de Souza Vale

Stephanny Balieiro Santos

Tamires Barbosa Araujo

Victor dos Santos Gallo

Vitor Crispim Romera Rodrigues